



“A VERDADE SOBRE A CENTRAL BRASILEIRA”: O CAMPO POLÍTICO E A ESFERA PÚBLICA CAPIXABA DE 1940 – 1949.

Douglas Edward Furness Grandson (mestrando em História Ufes)

Resumo

Com a redemocratização de 1945 a política brasileira passou por uma fase ímpar, com uma democracia marcada pelo Estado Novo de Vargas. Em nível nacional e regional o campo político democrático foi delineado pela elite, com o protagonismo do partido situacionista, o PSD, e em segundo lugar a UDN. Desse modo, os atores políticos, intelectuais e civis calcularam essa realidade, e o espaço possível para movimentos políticos dentro dela. Em uma esfera pública restrita, ainda muito marcada pela tradição autoritária do Estado Novo, o campo intelectual, parte da esfera pública capixaba, fornece um acesso ao campo político, aquele em que ocorrem suas lutas intestinas e as trocas simbólicas com o público. Para tanto, a análise de vários jornais capixabas é útil, sobre um tema que esteve em debate no estado: a energia elétrica.

Palavras – chave: Redemocratização, campo político, esfera pública, Central Brasileira.

Abstract

With the democratization 1945 Brazilian politics underwent a single phase, still marked by changes in the Estado Novo of Vargas. The national and regional democratic political field was outlined by the elite, with the role of the situationist party, the PSD, and in the background, the UDN. Thus, political actors, intellectuals and civil calculated this reality, and the space for political movements within it. In a restricted public sphere, still very marked by authoritarian tradition of the New State, the intellectual field, part of Capixaba public sphere , provides

access to the political field, one in which they occur the infighting and symbolic exchanges with the public. Therefore, the analysis of several capixaba's newspapers is useful on a subject that was discussed in the state: the electricity.

Keywords: Democratization, political field, the public sphere, Central Brasileira.

Debate teórico

O “chão” que dá base a esse trabalho tem origem de dois autores, um filósofo e o outro sociólogo, Habermas e Bourdieu. Suas leituras atentas às estruturas permitem ao pesquisador observar e captar as nuances históricas da conformação da realidade segundo seus conceitos, que são de esfera pública e *campus*. Desse modo, para estudar a realidade capixaba, ficou entendido que era necessário observar, num plano mais amplo, a esfera pública, que, como será observado, constitui o espaço de debates privados sobre o estado e suas atribuições; e em um plano intermediário, o campo intelectual, especificamente, aquele dos escritores e colunistas de jornal, por vezes médicos ou políticos. A esfera pública e campo intelectual dão acesso ao campo político estabelecido com o processo de redemocratização brasileira em 1945, após o Estado Novo. Dentro do sistema de trocas simbólicas, a linguagem predominante foi aquela estabelecida pela elite, representada pelo PSD e pela UDN, partidos que tiveram maior peso na Constituinte. Para além disso, uma concepção geral direcionou os discursos dos mais diversos atores, a ideia de equilíbrio, pautada na efetividade das instituições, caso os atores cumprissem suas obrigações. Esse desenrolar será observado, após uma breve exposição conceitual dos autores supracitados.

Jürgen Habermas (1984) em seu livro *Mudança estrutural da esfera pública* forneceu uma relevante contribuição acerca do que é a esfera pública. Em debates amplos da sociedade contemporânea, em democracias liberais e governos parlamentares, as ações do Estado com relação à economia e política são discutidas, recebendo apoio ou não dos cidadãos, e isso se dá em um plano que Habermas chamou de *esfera pública burguesa*. Em sua explicação sobre esse tema, fez um panorama histórico do uso social e político do termo,

diferenciando as roupagens que recebeu a palavra *público*, e demonstrou historicamente que a esfera pública constituída desde o século XVI e concretizada no Século XVIII e XIX teve peculiaridades frente aos demais períodos históricos e suas respectivas esferas. A formação de Estados absolutistas, fomentada pelas mudanças econômicas advindas do mercantilismo, havia iniciado um processo de ruptura com a estrutura social sob qual havia se estabelecido o que era público e privado no Feudalismo. Ao invés de existir uma união quase irreconhecível entre o que é da esfera privada e o que é público, a fase mercantilista, com maiores atribuições ao Estado, fez com que a economia doméstica feudal, antes autossuficiente, passasse a depender de ações do poder centralizado, haja vista a captação de impostos do governo para manutenção de exército e administração financeira, assim como atitudes que influenciariam na produção da época, na comercialização e circulação de riquezas. Desse modo, a formatação da esfera pública do Feudalismo, caracterizada pela *representação pública* baseada no *status*, inicia um processo de separação entre o público e o privado e assume aspectos políticos diferentes.

Os indivíduos que estavam desprovidos do aparelho de Estado e dependentes das ações deste economicamente se constituíram enquanto público de pessoas privadas, referindo-se às atitudes do poder governamental com críticas ou elogios, mas, para além disso, na defesa do uso da razão como forma de administrar a sociedade, indo de encontro à prática de arbítrio principesco. O processo que Habermas analisa e descreve é aquele em que a burguesia, dotada da ideologia iluminista, se voltou contra o poder absoluto das monarquias europeias, que culminou, no caso mais emblemático do período, com a Revolução Francesa. Pautada nas ideias de liberdade humana e econômica dos indivíduos; nos princípios da razão como meios de alcançar o progresso da sociedade; sob o discurso moral e “apolítico” da ação política, e na concepção de pedagógica da ilustração, formatou-se a esfera pública burguesa, contraposta ao poder das monarquias absolutas europeias. Para que a razão fosse a pedra de toque de um governo justo e moral, necessário era o uso da *publicidade*. O sentido que Habermas atribuiu a esse termo vem de Immanuel

Kant, que, em seu entendimento, é a referência teórica mais acabada do que seria e de como funcionaria a esfera pública burguesa. Publicidade, naquele momento, era a possibilidade das pessoas, enquanto seres humanos e proprietários de mercadorias, se esclarecerem, a partir de pressupostos racionais, sobre como e qual seria a forma mais justa e moral do governo dos homens. Desta forma, os cidadãos teriam participação em medidas políticas que seriam garantidas pelo contato do poder legislativo com a *publicidade* (opinião pública), fazendo assim que a vontade do povo se tornasse a única legítima. A imprensa configura essa esfera pública, que tem no seu aspecto comunicacional aquilo que o caracteriza: informar e auxiliar na construção do pensamento dos indivíduos esclarecidos. Aqui segue outra característica, que são as interações dentro do que o autor chamou de *esfera pública literária*, que seria o ambiente privado das pessoas, na qual se debateriam e confrontariam as leituras de informações difundidas pela publicidade. Nesse ponto é essencial destacar que aqueles que eram considerados cidadãos passíveis de tal esclarecimento eram apenas os proprietários, excluindo-se o restante. As mulheres e crianças estavam alijadas do processo político, mas estavam presentes na esfera literária. Assim, plano se faria a produção de ideias pautadas na razão que deveriam ser fonte de leis justas e morais para a sociedade como um todo, ou seja, as ideias da esfera íntima eram colocadas na *esfera pública política*, participando do aparelho de Estado. Todos esses meios de criação, difusão e efetivação da razão em leis seriam considerados pelos ilustrados como moral e apolíticos, sendo apenas a confirmação da vontade soberana da população, que, pautada no postulado da razão, já estaria no caminho do correto, do justo. Retira-se, na concepção liberal de soberania, a ideia de interesses egoístas no que toca à coletividade, pois o desenvolvimento da política pautado no avanço constitucional de um Estado seria o caminho natural a que a humanidade deveria percorrer.

Ocorreu a inversão da soberania naquele momento. Ao invés de o poder emanar do monarca, estaria no povo, que, no debate público da razão, veria concretizada a melhor forma de governo, pautada em leis, em regras gerais

baseadas em princípios abstratos. A participação do povo, então, se faria decisiva na produção das leis, ou seja, da esfera íntima seriam divulgadas informações que alcançariam o legislativo dos governos, se configurando em leis. Porém, após essa mudança da esfera pública, na virada do século XIX para o XX, ela passaria por uma degradação, que se intensificou a seguir, com uma maior transformação das informações em mercadorias e com o direcionamento de jornais, revistas e meios de comunicação para o aumento de tiragem de números e respectivo aumento do lucro, encontrando formas de satisfazer o consumo das pessoas em sua esfera íntima, mais reduzida, apesar da impressão de maior liberdade. As informações sobre o Estado e Sociedade passaram a ser apenas objetos de consumo, abandonando sua função de construção do pensamento. Isso se deu em um processo em que o autor chama de *refeudalização* da sociedade, no qual o privado e público voltam a se confundir em um todo quase indiscernível, com a imbricação entre as duas esferas. Esse período fez surgir contradições.

Com a entrada de novos países europeus na disputa industrial, Alemanha e Itália, frente à Inglaterra, assim como o crescimento dos Estados Unidos, a luta concorrencial aumentou bastante, o que culminou na opção dos países europeus em colonizar novas áreas do planeta Terra. Assim, a ação do Estado se tornou mais efetiva em questões particulares, pois as empresas privadas das nacionalidades imperialistas precisavam do apoio de seus respectivos Estados, como modo de explorar as novas áreas colonizadas. O interesse público do aparelho de Estado ficou em sintonia com os interesses privados de agentes econômicos. Internamente as nações europeias desenvolvidas e em desenvolvimento encontravam dificuldades sociais que vieram do desenvolvimento industrial interno. Mais e mais, movimentos organizados de trabalhadores, assim como a população alijada da participação política, passaram a pressionar o Estado no sentido de introduzir a pauta da população na dos proprietários. Com as vitórias populares, novas instituições entraram na trama estatal, iniciando-se um processo de aprofundamento de contradições entre o público e o privado. Instituições antes privadas, como Sindicatos,

passaram a ter proximidade vital com os governos, de modo a atender as demandas dos trabalhadores e manter o percurso de desenvolvimento econômico das nações imperialistas. Dessa forma, o Estado assumiu novas atribuições, assim como, nesse exemplo, os sindicatos, instituições privadas, foram atreladas ao poder público. A legislação do trabalho é outro exemplo, no qual o Estado passou a ditar regras sobre as relações entre empresas e funcionários, ambos, entidades privadas. Nesse sentido, o público e o privado cada vez mais passaram pelo processo de *refeudalização*. Essa mudança política foi fruto de uma alteração econômica que gerou transformações sociológicas, e, nesse ponto, Habermas demonstra como surgem contradições. Os indivíduos que antes tinham perdido de seu domínio privado a possibilidade de autonomia e independência de entes externos, preservaram a esfera íntima no âmbito privado, no sentido do prazer e satisfação interna da família em seu íntimo. A questão é que, com a necessidade maior de controlar uma sociedade em crescimento de contradições políticas e econômicas, assim como necessidades de acumulação de capital, cada vez mais essa liberdade íntima se tornou importante, tanto para o setor estatal, como para o setor privado empresarial. Decidir o consumo das pessoas é um interesse de quem vende mercadorias, assim como para o Estado, que precisa das grandes empresas para garantir divisas e impostos e implementação de projetos governamentais.

Porém, a impressão das pessoas era da existência uma liberdade de consumo, sendo que essa, na verdade, sempre é direcionada, ou seja, não é privada, mas depende de fatores privados tornados públicos. Outra contradição é a concepção de liberdade de informação, do seu uso privado para constituição das ideias políticas e sociais na esfera íntima. Interesses públicos do aparelho do Estado, assim como interesses privados tornados públicos é que direcionam as leituras do povo em geral, sendo a ideia de liberdade contraditória com os ditames dos meios de consumo disponíveis a elas. Em linhas gerais, o poder comunicativo da esfera pública na atualidade se vê comprometido pelas contradições que surgiram do processo político econômico que ocorreu no século XX, com a interpenetração entre o público e privado. Quem vende

jornais, o grande empresário, apartado da redação, busca ampliação da tiragem de jornais, buscando atender seu público, se moldando a ele, e não ensinando ou instruindo, como foi no período em que esfera pública burguesa foi mais efetiva. Informações não servem mais para debate e constituição do indivíduo, mas atendem ao anseio de consumo individualista e aos anseios de acumulação do capital por parte dos meios de comunicação. O que gerou esse enfraquecimento da esfera pública foi uma questão ampla do desenvolvimento econômico da etapa imperialista do capitalismo, no qual, a imprensa mercantilizou ainda mais suas mercadorias, as informações, assim como a necessidade de convencimento puro e simples suplantou a ideia de debate.

O período em questão, a década de 40 capixaba, ainda muito marcada pela agricultura e com a maioria da população no campo, é marcada por uma esfera pública restrita, a qual o debate sobre o estado foi monopolizado pela elite dominante, e, principalmente, debatendo temas nacionais fragmentários, haja vista seu reduzido tamanho. Ou seja, os temas amplos da sociedade debatidos nos grandes centros chegavam no Espírito Santo redimensionados, reduzidos em comparação ao tamanho que tinha nos principais centros. Mesmo assim, os debates ocorreram, abordando o estado e suas atribuições, no caso em questão, como se verá, o papel de fiscalização de uma empresa estrangeira, a Central Brasileira de Força Elétrica. Como se verá, os debates partiram de jornais cuja propriedade era privada a grupos de interesse, que apresentavam interesses privados como se fossem públicos, ou apresentavam obrigações privadas como sendo públicas.

A contribuição de Bourdieu, em *O poder simbólico*, é igualmente pertinente, pois aborda os conceitos *campus* e *habitus*. Esse autor buscou identificar em grupos específicos da sociedades (intelectuais, artistas, políticos) a existência de um campo que os separa da sociedade. Este, permeado de regras, características e hábitos historicamente construídos tem uma autonomia da sociedade variável, conforme o período. Isso por a sua existência, em qualquer área que seja, deve ser legitimada pela sociedade, cabendo aos

membros deste obtê-la. Desse modo, se o campo separa um grupo da sociedade, por sua especificidade, isso é possível através da validade que a sociedade lhe atribui. O *habitus*, por sua vez, é o capital dos indivíduos que fazem parte do campo, é o “*corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado” (BORUDIEU, 1989, p.169). Estes, para fazerem parte do grupo, devem estar munidos de competências de ordem técnica, necessários para as suas atividades. Quanto mais os componentes de um *campus* adquirem *habitus* inalcançáveis pela população, maior a sua autonomia frente à sociedade, que se vê, por questões práticas a se verem atendidas por esses indivíduos.

É estabelecido um poder simbólico entre um *campus* e a sociedade, através do controle deliberado daquele sobre o que chega a esta. O capital simbólico que permite essa relação delimita a ação da sociedade com relação às atividades exercidas pelo campo. Esse fato é explicado por Bourdieu pela oferta e demanda, conceitos importados da economia política. A sociedade que está fora do *campus* é colocada por este enquanto consumidora de seus produtos, e estes são deliberadamente selecionados pelo grupo. São disponibilizados para a sociedade os instrumentos de percepção e expressão de determinada área (intelectual, artística, política), que são limitados de modo que certo número de conhecimentos se mantenha com prerrogativa do grupo, com o fito de manter sua autoridade. Segundo Bourdieu, referindo-se a um campo específico:

“O campo da política exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço das tomadas de decisão efetivamente realizadas no campo [...] a fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos [...]” (BOURDIEU, 1989, p.165).

Portanto, no mercado da política, arte, intelectualidade, os produtos são distribuídos conforme os interesses desses campos, que buscam sua legitimidade social através da manutenção de um poder simbólico frente a seus

consumidores, pautado em seu capital simbólico, a delimitação do que é ou não possível. Existe um *jogo duplo* dos componentes dos diversos campos, como afirma Bourdieu, pois, ao mesmo tempo em que se colocam como interessados nas demandas dos consumidores, sua atuação visa seus próprios interesses, dentre os quais, aquele referente a seu grupo.

Se discordamos do funcionalismo de Bourdieu que trata o agente enquanto “operador prático de construções de objeto” e que considera que a sociedade muito passiva apenas pela via simbólica (e os mecanismos de coerção?), é relevante a identificação desse poder simbólico entre grupos especializados e a sociedade. Também é possível, como disse o autor, que esses campos sejam passíveis de aplicação teórica outros campos. Para isso sua contribuição neste trabalho.

O *campus* é formado historicamente, e podemos observar isso com relação ao campo político e intelectual capixaba. Se por um lado, a redemocratização de 1945 mudou o regime político, manteve um campo político com marcas de um governo autoritário. A política nacional, e por sequência regional, foram pautadas pela ação da autoridade na resolução dos problemas nacionais, assim como nas escolhas político- econômicas. Delimitou-se o espaço da sociedade frente aos problemas políticos, que seria apenas o de trabalhar e reclamar dos problemas, quando fossem casos extremos. A classe política deveria resolver esses problemas, pois seriam os órgãos competentes. Com isso, a colocação intencional da sociedade em posição de consumidor foi instrumentalizada pelos políticos que implementaram o processo de redemocratização do país. Esse campo político estruturou, por sua vez, o campo intelectual que atuou na esfera pública capixaba. O discurso dominante, pautado em uma noção de equilíbrio, era caracterizado pelo ativismo dos políticos e o simples papel de reclamante da população. Porém, os indivíduos não eram passivos. Tanto no campo político quanto intelectual, havia a adoção de linhas políticas que utilizavam o *campus* político conforme a conjuntura, e depois mudavam de atitude, confrontando as práticas políticas delineadas pelo poder

estabelecidas. O cálculo político entra em cena, dentro da estrutura política das elites capixabas, assim como ocorreu em outros estados da federação. O discurso nacionalista foi articulado tanto por aqueles que se mantiveram dentro do *campus*, quanto por aqueles que partiram para o confrontamento. O campo intelectual se torna, desse modo, o meio de acessar as disputas simbólicas travadas entre os agentes políticos no Espírito Santo, pois, ao invés de operar o *habitus*, havia a possibilidade de confrontá-lo. Por meio dos jornais capixabas isso é passível de observação.

Apontando as limitações de uma abordagem que não fornece o limite preciso entre ações a não intencionais (inconscientes) e a intencionais (conscientes), é feita uma proposta teórica (PEREIRA, 2015) que leva em conta as três temporalidades históricas de maneira alternativa ao uso da ideologia proposta pelos autores acima. Nesse caminho, entende-se que no plano estrutural estão às *concepções de mundo, valores, crenças*, que são muito vagos e construídos historicamente a partir da experiência humana. Nas conjunturas as coletividades e indivíduos podem se apropriar desses valores, dar-lhes um conteúdo com o fito de organizar ou desorganizar pessoas, de modo a gerar consentimento acerca de um tema, isso feito a partir de um *projeto*. No plano da ação, para atingir objetivos, são adotadas táticas de convencimento por parte dos atores, chamadas aqui de *propaganda*. A seguir, é feita uma abordagem mais aproximada o tema do nacionalismo, no qual, traçando o limite entre o plano mais geral e o específico, delimita-se o termo enquanto valores amplos, disponíveis na estrutura mental; assim como passível de elaboração dos grupos e indivíduos dentro das conjunturas e eventos. Sobre o projeto, um adendo é importante. Seguindo a sugestão de Panebianco (2005), observou-se que, utilizar *projeto* como termo para delimitar a ação de coletividades e indivíduos nas conjunturas se torna problemático, pelo fato de muitas vezes estes não terem um projeto. Por isso o autor prefere utilizar o termo *linha política*, mais precisa, no que se refere a uma atitude partidária frente a uma conjuntura específica.

No campo da esfera pública, a proposta de interpretação supõe que existem ferramentais de análise apropriados para objetos precisos na História Política brasileira, tratando diferentes partidos políticos com diferentes teorias. Para análise de partidos conservadores, como o PSD e UDN, que encaram a esfera pública como susceptível apenas de sua ação política, subordinando os demais, as noções de Bourdieu de *campus* e *habitus* permitem a análise das ações dos grupos e indivíduos dessas agremiações, que estabeleceram o campo político na redemocratização. Por outro lado, para partidos diretivos, como PCB, PTB e PSB, o conceito de Gramsci de intelectual orgânico se mostra adequado analiticamente, pois, tem como contribuição a análise de grupos com projetos visando o consentimento e a ação, com vistas à transformação. Os dois usos são mediados pela concepção habermasiana de esfera pública. Por fim, eixos temáticos serão expostos, apontando os diversos projetos de nação elaborados para o país na década de 40 por diversos grupos e indivíduos que fizeram uma leitura da realidade nacional, buscando saídas para o problema do subdesenvolvimento e crises econômicas no Brasil.

Aplicando a teoria e identificando a (s) fala (s)

A política capixaba, seguindo o delineamento do poder a nível nacional, foi organizada pelos intervenientes estaduais, sobre influência de Vargas. Quando se abriu franca concorrência da oposição antivarguista, marcada pelo lançamento do brigadeiro Eduardo Gomes, sem mesmo um código eleitoral!, o governo foi pressionado a dar andamento ao processo. Foi uma manobra inteligente da oposição, que, ciente das pressões internas decorrentes da aliança do Brasil com as democracias, em combate com a ditadura, já deu o processo como inevitável e lançou um candidato. Isso era um estímulo que exigiu resposta do estado. E esse foi o de dar andamento ao processo eleitoral. Vargas acionou seus intervenientes, que em reunião decidiram sobre o código eleitoral. Também substituiu o ministro da justiça, Marcondes Filho, por Agamenon Magalhães, mais simpático à redemocratização, portanto, mais interessante para Vargas no cargo naquele momento (GOMES, 2005). Logo,

surgiram a Lei Constitucional nº9 (ato adicional) de 28 de fevereiro de 45 que chamava eleições gerais, assim como o Decreto Lei nº 7.586, que estabelecia a criação de partidos de âmbito nacional, a legislação eleitoral tomou forma. As eleições para presidência da república se dariam no mesmo ano, junto aos deputados da Constituinte, e governadores (HIPÓLITO, 1985).

Do lançamento de Eduardo Gomes, surgiu a UDN. Um mês depois, surgiu o PSD, partido formado pelos interventores de Vargas, os mesmos que estruturaram o processo eleitoral. No final de um ano turbulento, com a deposição de Vargas em outubro, o general Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD, venceu as eleições. Os deputados e senadores que participaram da Assembleia Constituinte eram, em sua maioria, do PSD e, em segundo lugar da UDN.

No Espírito Santo, esses dois partidos foram os maiores, como efeito do código eleitoral lançado a nível nacional. O interventor Jones dos Santos Neves refundou o PSD, chamando as mais diversas lideranças políticas, incluindo adversários. Foi uma forma de garantir a vitória para a situação. Estratégia eficiente manteria o partido até a eleição para governador, quando as dissidências fizeram personalidades saírem do partido e criarem outras legendas, como foi o caso de Asdrúbal Soares e Atílio Vivácqua, que fundaram, respectivamente, o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Republicano (PR) capixabas (SILVA, 1995). O poder no PSD ficou nas mãos do grupo de Jones e Carlos Lindemberg, coronéis que se mantiveram junto a situação estado novista. Seu poderio no Espírito Santo foi hegemônico, sendo apenas confrontado quando havia dissidências internas e, ao mesmo tempo, uma aliança da oposição, como ocorreu em 1955 e 1962, anos da vitória da coligação democrática (UDN – PR – PSP – PTB -PDC) (PEREIRA, 2014).

Os jornais capixabas, aqueles escolhidos para permitir o acesso ao campo intelectual e *ipso facto*, político, serviram de veículos de propaganda dos grupos políticos capixabas, sendo A Gazeta e A Tribuna jornais da situação e oposição, marcando a disputa intraelites capixaba. As oposições à esquerda tinham o A Época, de Cachoeiro de Itapemirim, jornal socialista com forte

liberalismo, e o Folha Capixaba, jornal comunista. O PTB capixaba não tinha jornal, tendo seus intelectuais escritos nos jornais acima, conforme as alianças conjunturais. Um exemplo disso é a presença de Mario Gurgel, petebista, escrevendo em A Gazeta em seu período situacionista.

Cabem melhores apontamentos sobre os jornais. Segundo Martinuzzo (2005) a Gazeta foi um jornal situacionista desde sua fundação em 1919 até 1942, quando foi vendido para Aurino Quintaes e Oscar Guimarães (MARTINUZZO, 2005). A venda não alterou o conteúdo, pois foi mantida a linha política de apoio ao governo oficial. Posteriormente, o jornal passou da situação para a oposição. Em outubro de 1945, foi comprado pelo coronel de São Mateus, ao norte do Estado, para servir de propaganda política para o brigadeiro Eduardo Gomes. Portanto, era udenista. Em 1948, Elosippo Cunha vendeu o jornal, sem saber, porém, a quem. Um grupo com ligações ao seu adversário político o comprou, sendo, de fato, do Carlos Lindemberg. A natureza oculta da negociação pode ser observada na linha política do jornal. Ao invés de saltar novamente da oposição para situação, manteve sua linha política udenista até meados de 1949.

Se A Gazeta saltava, lentamente, de oposição para situação, A Tribuna fazia o caminho inverso. Segundo a compilação de Martinuzzo (2005), o jornal teria sido fundado em 1938, por Reis Vidal, jornalista paulista afinado com o fascismo, e assim teria permanecido até ser vendido em 1950. A informação está equivocada, pois o jornal foi vendido em 1949, para o mesmo Elosippo Cunha que havia sido dono de A Gazeta. O já perrepista tinha a maioria das ações da Gráfica A Tribuna S.A., com 6.600 mil ações entre ordinárias integralizadas e não integralizadas, preferenciais integralizadas e não integralizadas, seguido por Fernando Duarte Rabelo (PDC), com 100 ações; Aristides Campos (PR); assim como Wilson Neves Cunha (PR); Pietrângelo Di Biase; Manoel Viváccqua, e Leosilo Gomes¹. Desse modo, o jornal passou de

¹

uma linha governista, de apoio integral a Lindemberg para a oposição. Os jornais de esquerda permaneceram sob o poder da mesma agremiação, mesmo com as dificuldades financeiras.

A Central Brasileira

Um tema fez as mais diversas posições políticas se manifestarem. Foi a Central Brasileira. O setor energético capixaba, assim como na maioria dos estados brasileiros na década de 40, era provido pelo setor privado. A *Light* e a *Amforp* dividiam o mercado, em 70% e 30% respectivamente. A segunda empresa chegou mais tarde, em 1927, enquanto aquela estava instalada nos principais centros desde 1895 (JOELSONS, 2014). Dentro de um contexto de internacionalização do capital norte americano, a Amforp foi criada para atuar especificamente no mercado latino americano. Sua chegada ao Brasil seguiu, segundo Joelsons (2014), as cidades litorâneas não atendidas pela Light. No Espírito Santo e em Cachoeiro de Itapemirim ela era a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica. Em todos os estados, a razão social da empresa era distinta, o que se configurava em uma maneira de se esquivar da fiscalização tributária (FERREIRA, 2012). A empresa assumia os serviços de bondes, lanchas, telefone, produção e distribuição de energia elétrica.

Gabriel Bittencourt (2011) apontou para o fato de que, no Espírito Santo a empresa passou a ter deficiências no atendimento de seus serviços. Concessionária desde o governo Florentino Avidos (1924 – 1928), a empresa havia atendido a demanda de energia elétrica e até estimulado o consumo de seus produtos e serviços, o que se alterou na década de 40. Isso foi notável através da publicidade da empresa, o Sr./ "Seu"² Kilowatt. Esse personagem foi identificado em vários estados da federação, segundo os trabalhos de Moraes & Araújo (2011), Arruda (2014), Felduhes (2008), Castro (2014), Ávila (2014) e

2

O Sr. Kilowatt era assim chamado até 1941, quando passou a ser chamado de "Seu" Kilowatt. Se antes o slogan era: "Sr. Kilowatt, seu criado elétrico", passou a ser chamado de "Seu' Kilowatt, o criado elétrico".

Cadena (2016), em empresas da Amforp. Mas não era um personagem exclusivo a empresa, pois era outra empresa que fornecia os direitos de imagem, e também era norte americana, Tratava-se da *Reedy Kilowatt Inc.* Esse personagem, um simpático boneco com corpo em formato de raio, nariz de lâmpada e mãos e pés encapados com borracha isolante fazia a propaganda da empresa. A observação desde sua chegada ao Brasil, especificamente no Espírito Santo, de 1936 até 1950, permitiu identificar 3 fases de sua atuação, que sofreu alterações nas conjunturas. A 1º fase, de 1936 até 1941 configurou-se pelo estímulo ao consumo e enaltecimento das capacidades do Sr. Kilowatt; a 2º fase, marcada pela politização de guerra, na qual o “Seu” Kilowatt passa a ser um soldado, marcada entre 1942 - 1945; e a 3º fase, aquela em que o personagem defendia a empresa das críticas vindas da sociedade civil, política e intelectual.

Já em 1941, na “fase boa” da empresa, a publicidade alternava a defesa de suas deficiências com o estímulo ao consumo, tendo ali o início de crise apontada por Bittencourt (2011). A guerra forneceu ao personagem o argumento para as dificuldades: o racionamento proveniente da conversão da indústria em indústria de guerra. Com o término do conflito, sua atuação foi constantemente marcada pela defesa e justificativa para a situação grave em que a empresa se encontrava. O fim da guerra fez com que o personagem passasse a acusar as causas de sua dificuldade e de sua empresa, a “falta de braços” e a “falta de materiais”.

O campo discursivo em torno da Central

Embora a esfera pública hegemonizada pelos jornais da elite, havia uma diversidade de atores políticos, como já citado, na existência de jornais de esquerda, socialista e comunista. Mas, algo salta aos olhos. Pegando Central Brasileira como objeto de estudo, e os discursos referentes às suas deficiências, percebe-se que as opiniões estavam divididas em dois blocos: aquele que defendia a empresa, e o outro, que acusava seu não cumprimento dos

contratos. É difícil imaginar, nesse contexto e pelo volume de reclamações feitas contra a empresa, que alguém a defendesse, mas isso ocorreu.

Quando o jornal *A Gazeta* era governista, ainda dentro do apoio ao Estado Novo de Vargas e propagandeando o seu projeto trabalhista, a visão que a empresa tinha ressaltada era de uma companhia dedicada ao atendimento do consumidor. Logo que o jornal passou a ser udenista, abriu-se espaço para as críticas. No início de um período em que as consequências de guerra tornaram-se um argumento fraco diante a população, para o mal atendimento da empresa, a crítica liberal udenista, marcada pelo moralismo, seguiu o que Benevides (1984) havia delineado como marca da agremiação. O médico e colunista, Américo de Oliveira, escreveu desde 1946 até 1949, colunas no jornal *A Gazeta*, sempre criticando a falta de compromisso da empresa no atendimento ao contrato estabelecido com o governo do estado. A falta de energia elétrica, de bondes em circulação, telefones mudos, falta de lanchas para o transporte de pessoas até Vila Velha, a falta de ônibus na antiga rua do comércio, a cobrança indevida no aluguel dos medidores de energia entre outras coisas, foram às acusações intensamente repetidas pelo médico. Em uma matéria, em resposta a publicidade da Central, que em sua defesa dizia ter tido um pesadelo³ com todas as suas obrigações e altos custos, Oliveira descreveu ter tido um sonho⁴. Neste, a central havia sido vendida, falida, e todos os serviços da nova empresa, a Transportes Urbanos (TU), foram melhorados. Nessa matéria, o autor escreveu que o novo dono da empresa era um jovem inglês, que falava diretamente ao público, que, por sua vez, pedia trilhos de bonde a localidades desatendidas. O que se percebe é a ideia de equilíbrio. Se a Central não atendia, deveria abandonar a concessão, deixando para uma empresa que cumprisse contratos o serviço. O autor não questionava o fato de a empresa ser estrangeira, nem

³

⁴ “Pesadelo”: C.C.B.F.E. *A Gazeta*, 07/12/46, p.4.

“Sonhei...” Américo Oliveira In: *A Gazeta*, 11/12/46, p.3.

privada, apenas a inobservância do contrato. Como já foi dito, o jornal A Gazeta passou para Lindemberg, mas isso às escondidas. Em 1949, Américo Oliveira continuava com sua coluna, intitulada *Essa Central Brasileira..., Repisando*⁵ suas críticas a Central. Mas algo estranho ocorreu. No fim de seu texto, uma nota da edição do jornal disse que não se responsabilizava pelo que seus colaboradores escreviam. A resposta de Oliveira foi rápida, dizendo que não pedia a concordância do jornal, e contribuía ali, com seus escritos, pelo bem da população. Esse evento deixa o sinal de algo mal resolvido. Como o jornal, após três anos de espaço cativo, não só para Oliveira como para outros escritores criticarem a Central, retirava a autoridade do colunista daquela forma? Especificamente no momento em que o jornal fazia uma transição para uma leitura governista?

Nesse momento, um evento promoveu o incêndio nos ânimos, no que concerne a Central Brasileira. A justiça do trabalho obrigou a empresa, no final de 1948, a pagar um aumento salarial aos trabalhadores, assim como efetuar o pagamento do descanso remunerado. A empresa disse que pagaria e pagou, porém, logo entrou com um pedido de aumento das tarifas de serviços, junto ao governo do estado. Isso gerou um grande incômodo dos intelectuais e políticos, pois, em meados de 1948 os serviços da empresa haviam piorado muito, com críticas estampadas nas colunas de reclamação de A Gazeta e A Tribuna⁶. Aumentar as tarifas como “prêmio” aos serviços da Central era algo absurdo para Oliveira, assim como para vários políticos e intelectuais.

E outra matéria de A Gazeta, de duas páginas, o título dizia: “A verdade sobre a Central Brasileira”. Nesta matéria, a fala simplesmente reproduzia o argumento da direção da multinacional, representada por Joseph Willian Brown,

5

A coluna Repisando era o nome anterior dado ao espaço dos textos de Américo Oliveira.

6

Em A Gazeta não tinha uma coluna específica para reclamações populares, ao contrário de A Tribuna, que Tinha “A Tribuna do povo”. Nesta, várias reclamações eram feitas a Central, mas justificadas pela boa vontade da empresa e solucioná-los.

o gerente geral da Central. A falta de materiais e falta de braços geraram dificuldades para a empresa, o que seria uma tendência mundial para o setor de energia elétrica no após a guerra. O aumento salarial dos trabalhadores, portanto, deveria ser compensado pelo aumento tarifário. Abaixo da matéria, a imagem do “Seu” Kilowatt, na qual o jornal questionava se deveria se confiar nas justificativas no “criado elétrico”, de que ele melhoraria seus serviços. A resposta do próprio texto foi positiva. Então fica a pista. O jornal A Gazeta, após ser comprado por Lindemberg, passou a defender a Central Brasileira.

Quando se observa A Tribuna, têm-se mais elementos para conseguir uma resposta a essa mudança. Até maio de 1949 o jornal era de Reis Vidal, sendo um jornal de apoio a Lindemberg e ao PSD. Nos autógrafos das atas da Assembleia Legislativa de 15 de abril de 1948, foi encontrada uma homenagem do deputado pessedista, Waldemar Mendes Andrade ao jornal, que tinha a contribuição de sua agremiação.⁷ A postura do jornal em sua época situacionista era a de defesa da empresa, reverberando o discurso da Central, os mesmos encontrados em A Gazeta quando situacionista. Emil Sier, um colunista marcadamente liberal, defensor da ortodoxia do mercado, escreveu algumas colunas chamadas: *Coisas da Vida: C.C.B.* Nesta, defendia o discurso de Joseph Willian Brown e do “Seu” Kilowatt, dizendo que a crise do setor elétrico era mundial, assim como o aumento de tarifas era necessário, pois, para conseguir empréstimos para melhorar os serviços da empresa era preciso ofertar ao mercado números positivos, sendo o resultado negativo ruim para a empresa e para os consumidores. Desse modo, o ponto de vista da empresa era defendido. Logo depois de A Tribuna passar para o grupo do perrepista Lolô Cunha, e do pedecista Fernando Duarte Rabelo, o jornal passa a criticar Central Brasileira, ou seja, quando passou a ser oposição, voltaram-se as críticas moralistas a multinacional⁸.

A resposta da empresa a tantas críticas foi uma medida paliativa. Comprou um motor diesel elétrico para instalar na Convertidora, a qual já tinha outro instalado no governo Florentino Avidos. Em julho equipamento chegou, e nos jornais estava estampada a sua chegada, com discursos dos representantes da empresa. A Gazeta teve uma cobertura completa, com a fala direta do gerente geral. A Tribuna, naquele momento, crítica à empresa, recebeu um engenheiro, e não o gerente Brown. Nesse momento identificou-se que as críticas da UDN ou a de seus partidos satélites (PR), como identificou Benevides (1984), eram pautadas na ideia de equilíbrio. Assim que o motor chegou, e uma demonstração de que os serviços melhorariam foi dada, o jornal voltou atrás em todas as suas críticas e se redimiu justificando que:

“Esse jornal mesmo não tem deixado de reclamar contra a deficiência dos vários serviços da Central Brasileira, mas o teu interesse único tem sido orientado pra o bem da coletividade. **Por isso é que, ao lado da crítica, jamais deixou de reconhecer os préstimos, a utilidade dos serviços da Central Brasileira, a cujos serviços deve nossa capital muito do seu progresso.** Eis o que manda a justiça seja dito e que dizemos sem constrangimento, de vez que procuramos sempre evitar quaisquer confusões entre o povo e seus servidores, pois está bem claro que as confusões geram malentendidos se tira pouco ou nenhum proveito”⁹.

Mas essa ideia de equilíbrio não era restrita aos partidos liberais conservadores. O PSB cachoeirense também seguiu essa linha, sempre reclamando aos contratos. Seria surpreendente perceber a mesma atitude com relação ao PCB, o inimigo mais antigo da Central. Mas isso de um ponto de vista do que Panebianco intitulou de *preconceito teleológico*¹⁰. A linha política do PCB,

Vale observar que o uso do termo multinacional não foi utilizada pelos colunistas de A Gazeta, A tribuna e A Época. Américo Oliveira esbarava na identificação da origem da empresa, mas apenas sugeria, de forma tangencial. Não ia direto ao assunto e ficava nas questões contratuais.

9

A TRIBUNA, 14/07/49, p.8 – 6, grifo nosso.

10

O preconceito teleológico a que o autor se refere é dar como dados os fins da organização, e buscar através dos meios, ou seja, a execução de ações como medidor do desvio ou acerto para a consecução daqueles objetivos finais. Para ele, os objetivos são redefinidos pelas lideranças, que tem como objetivo a sobrevivência da organização. Então existe uma articulação dos objetivos, aqueles originários do partido com aqueles necessários a sua sobrevivência organizacional.

pautada aliança nacional, defendia a “ordem e tranquilidade”, para que o Brasil se desenvolvesse industrialmente e saísse de um país feudal (MANTEGA, 1984; SANTANNA, 2001; CARONE, 1982). No jornal Folha Capixaba, cuja disponibilidade de fontes está restrita até 1945, o autor dedicado ao tema Central através da coluna *Crônicas da cidade*, Ivanhoé, sempre remetia ao não cumprimento dos contratos, sem nenhuma menção a origem internacional da empresa, ou politizar a população contra ela. Desde a Aliança Nacional Libertadora (ANL), os comunistas acusavam a empresa de extorquir o povo capixaba, para remeter lucro para o estrangeiro. Segundo Zorral e Silva (1995), o PCB capixaba foi configurado por membros da ANL. Então porque a mudança de postura? Explicasse pela linha política do partido, que se adequou ao campo político da elite, sempre referente ao clamor a autoridade, que deveria resolver o problema da Central, com punições legais e maior fiscalização. Vindo de uma ditadura extremamente coerciva, o PCB preferiu não enfrentar a burguesia ou o regime democrático estabelecido, como prevenção ao risco de voltar outro regime autocrático. Mas logo as lideranças perceberam que o governo Dutra havia se tornado uma ditadura vestida de democracia e mudaram sua linha política. Após a cassação da legenda em 1946, e dos mandatos dos comunistas, o PCB foi para o enfrentamento, estimulando greves em todo o país, marcando 1948 com os movimentos paredistas. Logo, o discurso contra a Central Brasileira mudou no Espírito Santo. Em A Gazeta, os discursos dos vereadores da câmara municipal de Vitória eram selecionados e transcritos. Nestes, Hérnogenes Lima Fonseca, que havia sido eleito pelo PR quando a legenda do partidão foi cassada, fez discursos incisivos contra a empresa, identificando sua origem, norte americana, mostrando o grupo financeiro do qual fazia parte, assim como os lucros que a empresa tinha, alegando ser injustificado o aumento tarifário pleiteado pela Central. De um discurso que clamava pela autoridade, sem ter criticidade com relação aos interesses estrangeiros no país, os comunistas passaram para um discurso que ia além do moralismo e do legalismo, apontando interesses econômicos geopolíticos estrangeiros espoliadores do povo brasileiro e capixaba. Logo, Hérnogenes fez questão de

mostrar “QUEM É O BANQUEIRO MORGAN”¹¹, apontando para a sobreposição dos interesses do capital estrangeiro sobre o interesse nacional. Essa existência, segundo ele, geraria um desequilíbrio imanente entre as nações, em benefício da mais poderosa, impedindo o crescimento econômico e social do Brasil. Apesar dos protestos, a empresa conseguiu o aumento de tarifas, e o governo Dutra desfechou um período extremamente repressivo com relação à classe trabalhadora e o PCB. O campo político fechava-se, impondo pela coerção o campo das trocas simbólicas. Quem deveria agir era o Estado e só! Carlos Lindemberg, em uma gestão pautada no corte de gastos, provavelmente queria manter a Central como estava, sem ter custos com uma provável encampação, assim como parecia ter uma relação com a diretoria da empresa.

Conclusão

A política capixaba teve uma contradição fundamental em sua esfera pública. A energia elétrica, transporte, telefonia estava deficitários, sendo acusados de assim estarem por culpa da Central Brasileira, por políticos, sindicalistas e sociedade civil (RIBEIRO, 2002). O cotidiano da população de Vitória era marcado pelo (des) atendimento da empresa, que nem a suas novelas no rádio conseguia escutar, haja vista que o horário crítico de fornecimento de energia, nos quais aconteciam os apagões, eram de 18:00 até as 22:00, hora de lazer da população. Não ouve, porém a identificação da empresa com sua origem estrangeira, através da inclusão do tema em uma debate nacionalista. O PCB o fez, mas estava acossado pela repressão. Mas o fez com a Campanha do petróleo. Esta era uma campanha que emanou do Clube Militar e teve protagonismo do PCB. Na ainda abstração de que havia petróleo em solo brasileiro, sem muitas provas concretas disso, houve uma total identificação do nacionalismo, gerando em solo capixaba, uma grande politização acerca desse tema. A suspeita é de que, essa campanha ganhou relevância por causa do papel dos militares nesse debate, o que gerava

11

“Câmara Municipal”. In: A Gazeta, 17/07/49, p.6.

legitimidade para a população. Assim, os comunistas, atacados pelo regime, juntaram seu nacionalismo com o etapismo, linha política do partido. Mesmo em confronto com o regime, a Campanha do Petróleo teve uma participação decisiva do comunismo. A contradição é: enquanto um conjunto de fatos concretos ligados a uma empresa estrangeira concreta não gerou uma campanha nacionalista, uma ideia ou a convicção de que havia petróleo no Brasil levou ao surgimento de uma, se não a mais, importante campanha popular do país. Isso em acusação dos trustes estrangeiros. De fato, tanto nas faltas de energia, quanto no medo de ser espoliado, os trustes estavam no solo brasileiro, e capixaba, em sua restrita esfera pública.

Referências

- BENEVIDES, Maria Victória Mesquita Benevides. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.
- CARONE, Edgard. **O PCB.** 1943 a 1964. Vol.II. São Paulo: Difel, 1982.
- CASTRO, Maria Helena Steffens. **Os modernos criados elétricos.** UFRGS, 2014.
- FELDUHES, Paulo Raphael. **Imprensa e propaganda política: Caminhos do espaço público no Estado Novo pernambucano.** In: **Revista Eletrônica Cadernos de História:** publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP, 2008.
- FERREIRA, Ângela; Silva, Alexandre Ferreira Cardoso; Simonini, Yuri. **Os donos da luz: Sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da Amforp (1927 – 1939).** Universidad Barcelona, Facultad de Geografia e História, 2012.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável.** História da esquerda democrática em São Paulo. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

JOELSONS, Paula. **Amforp em Porto Alegre.** Multinacional norte americana de eletricidade e o papel do gerente geral J.E.L. Millender. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2014.

MANTEGA, Guido. **A Economia política brasileira.** Petrópolis/ Vozes, 1984.

MARTINUZZO, José Antônio. **165 anos de jornalismo no Espírito Santo:** Impressões capixabas: Espírito Santo: Ufes, 2005.

MARTINS, Jordan Ávila; NEVES, Helena de Araújo; SILVEIRA, Gabriela Rodrigues. Anais da jornada de iniciação científica da UFPEL, 2014.

MORAES, Tiago Cavalcante; ARAÚJO, Kátia Meideiros. **Consumo de produtos elétricos no Recife dos anos 30.** ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308098068_ARQUIVO_Consumodeprodu> PEREIRA, André Ricardo Valle. **Teoria e Metodologia em Historia: o tratamento das fontes.** Espírito Santo: Ufes, 2015.

[toseletricosnoRecifedosanos1930.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308098068_ARQUIVO_Consumodeprodu)>. Acesso em: 21 jun. 2016.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido.** Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos:** Governadores e assembleias no Brasil contemporâneo. Espírito Santo: Edufes, 2014.

_____. **Teoria e Metodologia em Historia: o tratamento das fontes.** Espírito Santo: Ufes, 2015.

PITTOL, Marlon. **Partido Comunista do Brasil na Câmara Municipal de Vitória: leituras e propostas.** In: [GIL, Antonio Carlos Amador, PEREIRA, André](#)

Ricardo Valle Vasco e JESUS, Graziela Menezes de (Orgs.). Estudos de história política e das ideias, v.1. Vitória: LEHPI/UFES, 2014.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. **Excelsos Destinos.** História da energia elétrica no Espírito Santo. 1896 – 1968. Espírito Santo: Edufes, 2010.

_____. **Sinergia – ES** de Getúlio a Lula. Espírito Santo: Flor & Cultura, 2002.

SANTANNA, Marcos Aurélio. **Homens partidos.** Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, Glayse Ferreira Perroni. **A mensagem visual nos anúncios publicitários** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Palavra e imagem no 44, p. 329-346, 2012.

SILVA, Marta Zorral e. **Espírito Santo:** Estado, interesse e poder. Vitória: FCAA/UFES, 1995.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** De Getúlio a Castelo. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Fontes

Autógrafos das atas da Assembleia legislativa do Espírito Santo (1947 – 1948). Arquivo da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Dossiê Dops 1935. Fundo Dops/ Cxa 01 N° 6. Investigação acerca das atividades da Aliança Liberal e do partido comunista do Espírito Santo.

Jornal A Época. (1946 – 1949). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Jornal A Gazeta (1936 – 1949). Arquivo Público do Espírito Santo.

Jornal A Tribuna (1948 – 1949). Arquivo municipal de Vitória.

Jornal Diário da Manhã (1927). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Jornal Folha Capichaba. 1945. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Revista Vida Capichaba. (1935/ 1945 – 49). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional/ Arquivo Público do Espírito Santo.

Douglas Edward Furness Grandson. Graduado em História pela Ufes e Mestrando em História pela programa de pós graduação em História – Ufes.